

Prefácio

José Miguel Sardica

Historiador e Professor Catedrático da Faculdade de Ciências Humanas
da Universidade Católica Portuguesa

1.

Nos anos mais recentes, os chamados «Estudos Ibéricos» têm vindo a afirmar-se, na investigação e na produção académica, como um dos campos de conhecimento mais prometedores para a compreensão dos encontros e desencontros peninsulares, mantidos entre Portugal e Espanha ao longo das suas histórias. A relação entre os dois países excedeu sempre os domínios da diplomacia, da política, da economia, da sociedade ou da cultura, para assumir uma forte dimensão sentimental de amores ou ódios, de convergências ou distanciamentos, enraizando, de parte a parte, estereótipos plurisseculares entre realidades nacionais que a imutabilidade da geografia colocou lado a lado e as dinâmicas do tempo defronte uma da outra. Entre o «perigo espanhol» e a «amizade peninsular», múltiplas *nuances* de «distâncias rivais», «encontros indecisos» ou «ententismos» fecundos (as expressões são do conhecido historiador Hipólito de la Torre Gómez) enriqueceram e antropomorfizaram a inter-relação peninsular entre o Estado-nação português e o Estado-feito-de-várias-nações espanhol.

No que poderia designar-se como uma arqueologia cultural das identidades portuguesa e espanhola e, contendo-as, mas superando-as, da identidade hispânica peninsularista, assume especial relevo uma história das ideias, dos intelectuais que as criaram, e da filosofia, da poesia, da prosa e das artes que as fizeram circular. São essas novas cartografias dos homens de letras, das suas dinâmicas de diálogo transnacional, dos seus canais de publicação e dos seus espaços de criatividade e sociabilidade que hoje mais se destacam nos trabalhos dos «Estudos Ibéricos», produtores de conhecimento sobre as redes dinâmicas de intercâmbios e interinfluências de um polissistema peninsular que, ao longo dos tempos, também

transcendeu os limites do seu espaço para se relacionar, através da ponte atlântica, com os países latino-americanos de estirpe original portuguesa ou espanhola. O livro que o leitor tem diante de si é uma adição muito meritória à causa e ao *corpus* desses «Estudos Ibéricos».

Sob o título de *Diálogos ibéricos y transatlánticos. Mapeando las redes intelectuales en torno al Hispanismo de António Sardinha*, a autora, Susana Rocha Relvas, oferece-nos um estudo pioneiro e muito rico das relações intelectuais e culturais que a figura tutelar do Integralismo Lusitano manteve com diversos interlocutores espanhóis e ibero-americanos, revelando como António Sardinha foi um dos nomes que mais contribuíram, no seu tempo, para a aproximação mental entre Portugal e Espanha e para fazer do peninsularismo o motor de uma dinâmica transatlântica de descoberta e de encontro com grandes intelectuais do Brasil e de outros países da América Latina.

O ponto de partida desta obra foi a dissertação de Mestrado em Literatura Comparada, com o título *António Sardinha e suas relações culturais com Espanha*, defendida pela autora na Universidade Nova de Lisboa, em 1998, um trabalho já centrado na análise do pensamento hispanista de António Sardinha, a partir da recolha e transcrição anexa de um total de 181 cartas a ele dirigidas por correspondentes espanhóis, brasileiros e ibero-americanos. Desde então, e ao longo do último quarto de século, o labor paciente e exaustivo de Susana Rocha Relvas levou-a a identificar a existência de mais epistolografia para, e de, António Sardinha em bibliotecas e arquivos públicos ou privados, em Portugal, Espanha, Brasil ou Estados Unidos. Às 181 cartas inicialmente recolhidas vieram assim somar-se mais 122 espécimes endereçados por intelectuais vários ao insigne escritor monfortense, para compor o conjunto de 303 documentos reproduzidos neste volume agora dado à estampa. A estes, a autora juntou ainda quatro manuscritos inéditos (dois textos, do marquês de Quintanar e de Andrés González-Blanco, uma carta de Sardinha, incompleta, dirigida ao diário madrileno *ABC*, e um artigo de Elysio de Carvalho para a revista *América Brasileira*) bem como o «Reglamento» da «*Sociedad de Amigos de Portugal*», fundada no Ateneu de Madrid, em abril de 1922, por um grupo de figuras das letras e artes ibéricas em que se contava António Sardinha, e que teve o seu correspondente na «Sociedade dos Amigos de Espanha», logo criada, em maio desse ano, na Sociedade Nacional de Belas Artes em Lisboa.

A vasta correspondência compilada neste volume, enriquecida com notas de edição explicativas de personagens, factos, lugares ou livros citados, é um extraordinário espelho do que foi a presença e a reverberação de António Sardinha e de toda a sua irradiante e influente produção literária, sobretudo na vizinha Espanha, mas também do lado de lá do oceano Atlântico, mostrando a abertura, a inter-relação e a interinfluência das fronteiras culturais e das correntes de pensamento dos vários «mundos» latinos no grande mundo do seu tempo. As cartas estão repletas de apontamentos instantâneos de ideias e leituras, de diálogos e encontros, de expectativas e sentimentos, mostrando como o género epistolar é, em história, o reflexo fiel, puro, imediato do pensamento de uma época e, neste caso, dos muitos admiradores que gravitaram em torno do líder espiritual do Integralismo Lusitano, constituindo-se (nos termos da autora) como «*un espacio de construcción discursiva y expresión estilística, donde las ideas, los afectos y las estrategias intelectuales se articulan en un formato que*

combina lo privado con lo público, lo inmediato con lo perdurable» (v. Introdução). E a partir do vasto universo epistolar aqui recolhido pode o leitor descobrir a densidade, a pluralidade e a complexidade do campo intelectual ibérico, e suas porosas projeções sul-americanas, ao nível dos indivíduos que o animavam, dos contextos político-sociais que o enquadravam, das linguagens que o expressavam ou das instituições (academias, clubes, grêmios, jornais ou editoras de livros e revistas) que o constituíam.

Em distribuição espaço-temporal, Susana Rocha Relvas recolheu 238 espécimes de correspondência espanhola, na sua larguíssima maioria (229 cartas) concentrados entre os anos de 1919 e de 1924, o período em que António Sardinha viveu exilado no país vizinho ou que, já regressado ao seu Alentejo natal, não esqueceu nunca a profunda empatia que o «*giro hispanista*» nele causara. A exceção a esta cronologia surge logo no início, com cinco cartas datadas de 1906 e quatro datadas de 1909-1910, período da juventude universitária de Sardinha, em que a militância republicana ainda não dera lugar à sua conversão ao ideário católico, monárquico e tradicionalista que (in)formaria o futuro Integralismo Lusitano. Quarenta e um espécimes compõem a correspondência brasileira, toda concentrada entre o início de 1923 e o início de 1925. E 24 espécimes são testemunho da correspondência hispano-americana de António Sardinha, compreendida entre 1922 e 1924. O total de correspondentes ascende a 48 nomes: 39 vultos espanhóis, cinco brasileiros e quatro hispano-americanos.

Ocupando a compilação epistolar toda a segunda parte do presente volume, a primeira parte oferece ao leitor um estudo histórico crítico das origens e da evolução intelectual de António Sardinha e sobretudo – é esse o enfoque mais original – das suas relações com a Espanha e a América Latina, nas redes de amizade e de admiração mútua que o escritor português foi tecendo com interlocutores além-fronteiras. Assim se cimenta o retrato que o livro apura: o de um António Sardinha «*mentor de la intelligentsia española con proyección hacia el espacio transatlántico*» (v. Introdução), ou seja, importante expoente e porta-voz de um programa pan-hispânico e pan-latino de convergência ecuménica dos povos de língua portuguesa e da língua espanhola das duas margens do oceano Atlântico, para o reforço de uma civilização latina de projeção globalista. E ao «*conciliar lusitanismo e hispanismo en defensa de un nuevo paradigma supranacional que aspira a una convergencia entre los pueblos ibéricos e iberoamericanos para materializar el “sueño ecuménico” de la hispanidad*» (v. Conclusões), António Sardinha antecipou na verdade, em seis décadas, a sedutora imagem de uma «jangada de pedra» peninsular vogando oceano fora ao encontro do Sul, que José Saramago elaboraria no seu conhecido romance de 1986.

2.

A vida e a obra de António Maria de Sousa Sardinha (1887-1925), uma das mais políedricas e polémicas figuras da vida pública nacional do primeiro quartel do século xx, decorreram num período decisivo da contemporaneidade portuguesa e também espanhola.

Na Europa e no mundo da *Belle Époque*, os dois países ibéricos enfrentavam as múltiplas dificuldades de se modernizarem e projetarem num cenário internacional de rápida industrialização, massificação, urbanização e democratização, que acelerou a modernidade e as relações competitivas entre os países ocidentais. Nesse tempo de transformação, portugueses e espanhóis percebiam estar a ficar para trás, como as derrotas averbadas por Lisboa perante a Grã-Bretanha, no ultimato de 1890, e por Madrid perante os Estados Unidos da América, em 1898, comprovavam.

A geração portuguesa pós-ultimato descreu da monarquia de D. Carlos e angustiou-se com a «*pérfida albion*», que esbulhara o país do sonho africano do mapa cor-de-rosa, enquanto os «*noventayochistas*» espanhóis, humilhados pela «*pérdida*» do remanescente do império, em Cuba, Porto Rico e Filipinas, se ensimesmaram na crítica à decadência do país vizinho. Num ambiente de efervescência patriótica e cultural, em que se misturavam sinais de pessimismo e «vencidismo» com arroubos regeneracionistas modernizadores e messiânicos, a *intelligentsia* dos dois países teorizou problemas e desafios comuns à Península Ibérica, tentando aproximações e diálogos e desenvolvendo correntes estéticas paralelas, desde o simbolismo e naturalismo de finais de oitocentos às muitas dissidências intelectuais que se vieram opor à I República Portuguesa, implantada em 1910, ou à já velha Restauração monárquica, que governava a Espanha desde 1874.

Em Portugal, todo o período de 1890 a 1926 foi um tempo riquíssimo, porque muito inovador e plural, na história do pensamento e da cultura. Para lá do confronto aceso entre a monarquia e a república, a conservação e a revolução, discutiu-se profundamente o país e os portugueses, numa militância ético-política com inúmeras traduções estéticas nas letras e nas artes. Considerando civicamente curto o materialismo utilitário fontista, criticando a «paz podre» da Regeneração e declarando a monarquia constitucional um mero meio-termo a superar, a *intelligentsia* lusa partiu em busca de um modelo de sociedade, mentalidade e política diferente, que produziu, primeiro, a República, mas que, desertando depois em massa do republicanismo, veio a abrir caminho para a queda desse regime em 1926. Em Espanha, foram sobretudo o trono de Afonso XIII e o *statu quo* partidário monárquico que o sustentava os alvos de sucessivos momentos ou «gerações» – a de (18)98, a de (19)14 e a de (19)27, na essência madrilenas, mas com traduções autonómicas, como a «*xeración*» de 1916 na Galiza – de sobressalto cívico, crítica cultural e deserção mental, tudo animando o que a historiografia do país vizinho chama a «*Edad de Plata*» (1898-1936) da *intelligentsia* espanhola. O advento da Ditadura Militar e do Estado Novo de Salazar, em Portugal, e a explosão da Guerra Civil e o triunfo do franquismo, em Espanha, significaram o fim do debate vivíssimo e plurivocal que as elites portuguesa e espanhola, separadas ou convergentes, tinham levado a cabo nas décadas anteriores acerca dos destinos das suas pátrias. Doravante, a partir da década de 1930 e pelo espaço da geração seguinte, seriam Salazar e Franco, o «messias» e o «*caudillo*», a decidirem sozinhos, escudados pela repressão e pela censura ditatoriais que comprimiam e policiavam todo o debate público.

Nascido em Monforte, a 9 de setembro de 1887, numa família ligada à terra e à veiração municipal, António Sardinha frequentou a Faculdade de Direito da Universidade de

Coimbra entre 1906 e 1911, o ano da sua formatura. Como tantos outros jovens que chegaram à idade dos estudos superiores no ocaso da monarquia, encontrou antídoto mental contra o vencidismo numa militância republicana entusiástica, seduzido pelas perspectivas de regeneração, democracia e progresso que o republicanismo propagandeava, de permeio com a sua mística revolucionária. Na universidade, Sardinha fez-se notado durante a greve académica de 1907, regozijou-se com o assassinato de D. Carlos em 1908 e nutriu forte oposição a D. Manuel II, o último monarca, até 1910. O 5 de Outubro chegou quando era finalista em Coimbra, e Sardinha recebeu-o com entusiasmo e expectativa. O idílio, contudo, durou menos de dois anos. De regresso ao Alentejo, Sardinha depressa se desencantou com o rumo seguido pelo novo regime: a política conspurcou e traiçou a ideia, e por isso a República logo ficou (muito) aquém do amplo e mobilizador «*res publicanismo*» cívico que os jovens como ele tinham esperado realizar. A democracia, que não deveria ser apenas política ou institucional, mas social, educacional e económica, foi confiscada pela oligarquia de Afonso Costa e dos seus seguidores, num clima de crescente confronto político-social que reproduzia, na fraude eleitoral, no parlamentarismo estéril, na guerra religiosa, nos ataques à imprensa ou na impossibilidade de reformas de fundo, muitos dos vícios de que a monarquia finda padecera. O problema de fundo português não se resolvera e parecia estar até a agravar-se – e este, tal como Sardinha o formulou logo no início de 1911, não era de «regímen», mas de «raça» (ou seja, de génio, de espírito, de consciência e força da grei lusitana). Desapontado e desiludido pelo espetáculo do sectarismo republicano, que mantinha o país refém das lutas fratricidas em Lisboa, repudiou «com horror» a República no verão de 1912, poucas semanas antes do seu casamento com Ana Júlia Nunes da Silva (1888-1986), e partiu à procura de uma outra via, sem nunca renunciar à sua predisposição iconoclasta e revolucionária, de renovação intelectual como propedêutica para o refazer da política, da sociedade e dos valores e dinamismo da «alma» portuguesa.

Entre 1912 e 1914, António Sardinha fez uma autêntica conversão mental, paradigmática – e daí a relevância da sua biografia – do que aconteceu com tantas outras vozes portuguesas. Rompendo com a suposta, e afinal caótica e divisiva, busca republicana de uma perfeição abstrata, que fazia tábua rasa das raízes históricas, antropológicas, etnográficas e religiosas de Portugal, redescobriu o catolicismo e a monarquia, por ele interpretada como um ideal de organização política tradicional, municipalista, orgânica e corporativa, com um rei, líder natural de uma «*res publica*» cívica devolvida à terra e à devoção patriótica de antanho. Em 1914, o converso Sardinha juntou-se a monárquicos de estirpe antiga – Hipólito Raposo, Alberto de Monsaraz e Luís de Almeida Braga – para lançarem a revista *Nação Portuguesa*, que apresentava ao público o chamado Integralismo Lusitano. Foi o mais eloquente sinal de que a juventude portuguesa desertara da I República, assumindo-se defensora de um «reaportuguesamento» que preconizava o regresso à «integralidade» católica, ruralista e monárquica tradicional – diferente do trono parlamentar-constitucional de oitocentos e também da monarquia centralizadora do absolutismo iluminista do marquês de Pombal e de D. José. Como o movimento da *Renascença* antes, e o modernismo do *Orpheu*, o revivalismo religioso de Fátima e do Centro Católico ou o aristocratismo filosófico da *Seara*

Nova depois, o Integralismo Lusitano depressa se tornou, assim, uma das mais importantes correntes de reflexão e de ação antirrepublicana, na crítica ao demoliberalismo parlamentar e partidário do regime, bem como ao seu veio positivista e descristianizador. A tudo isto, Sardinha e os seus companheiros passaram a antepor as virtudes do nacionalismo historicista, do ruralismo social, do afeto pelas pequenas «pátrias» locais e pelos corpos intermédios da sociedade e, acima de tudo, do catolicismo romano.

Na primavera de 1915, os integralistas evoluíram da reflexão filosófica para a doutrinação político-social, dinamizando um importante ciclo de conferências na Liga Naval portuguesa. O momento era muito delicado: a I Guerra Mundial já ensanguentava a Europa, o governo republicano queria lançar o país no conflito, alinhando na frente europeia com os aliados, e o «perigo espanhol», ou seja, os apetites iberistas anexionistas de Afonso XIII – que não via com bons olhos a «anarquia» republicana portuguesa paredes meias com a sua Espanha monárquica – estavam bem vivos. As conferências da Liga Naval assumiram um duplo tom de crítica contra a instabilidade republicana e de desagravo da pátria ofendida contra o iberismo político-territorial espanhol ou os contraprojetos de federação republicana e maçónica entre Espanha e Portugal como, por exemplo, o advogado por Juan del Nido y Segalerva, no seu livro *La Unión Ibérica*, de 1914. António Sardinha abriu as concorridas sessões, falando sobre «O Território e a Raça»; seguiram-se as intervenções de outros integralistas. Na sua conferência, venceu a individualidade portuguesa plurissecular face a Espanha (Castela) e afirmou uma postura de nacionalismo, de defesa da independência portuguesa, com alguma concessão a um vocabulário hispanófobo, embora mais dirigido ao rei e aos políticos de Madrid (cujas proclamações iberistas a Alemanha andava a atizar, como forma de semear a confusão na Península e de envolver talvez a Grã-Bretanha numa disputa regional que a enfraqueceria na Europa), do que aos espanhóis como povo, que partilhavam, com os vizinhos peninsulares portugueses, características históricas, etnográficas e mentais comuns.

Na procura de visibilidade e afirmação públicas, o Integralismo Lusitano fundou a sua Junta Central em abril de 1916 e lançou o diário vespertino *A Monarquia* em fevereiro de 1917. No ano seguinte, os integralistas colaboraram com o projeto messiânico da República Nova de Sidónio Pais, por verem no seu programa político-institucional um desígnio de superação do parlamentarismo demoliberal e de afirmação de um corporativismo orgânico que representava mais fielmente a vida localista e a tessitura socioeconómica portuguesa. Em abril de 1918, com 30 anos de idade, António Sardinha teve a sua única e breve experiência parlamentar, como deputado da minoria monárquica no parlamento sidonista. Depois do assassinato de Sidónio, o Integralismo envolveu-se na tentativa restauracionista da Monarquia do Norte em janeiro-fevereiro de 1919. A derrota e a deceção fragmentaram o campo monárquico, separando os realistas constitucionais que permaneceram fiéis a D. Manuel II dos legitimistas e integralistas que enfileiraram no apoio ao reconhecimento de D. Duarte Nuno de Bragança como único pretendente a uma futura restauração do trono. Perante uma República reerguida, embora fragilizada, muitos monárquicos tiveram de partir para o exílio, para evitarem a clandestinidade ou a prisão. António Sardinha foi um dos

que então se viu obrigado a cruzar a fronteira, tendo permanecido em Espanha mais de dois anos, entre fevereiro de 1919 e abril de 1921.

A I Guerra Mundial deixara marcas profundas em todos os países beligerantes e mesmo nos neutrais, destruindo economias e sociedades, fazendo cair governos, incrementando a instabilidade e a desordem pública e maculando a cultura e os valores liberais e democráticos. Esta deliquescência abriu caminho para o pessimismo civilizacional pós-bélico, que se encheu de diagnósticos catastrofistas sobre a «decadência do Ocidente» (o título do *best-seller* do sociólogo alemão Oswald Spengler, publicado logo em 1918), e que abriu a porta à instalação do comunismo e dos fascismos. Em Portugal, o regime republicano encetou um plano descendente que desembocaria na tomada do poder pela Ditadura Militar, em maio-junho de 1926. Também em Espanha, a crescente contestação à rotina monárquica borbónica, cujas práticas já mal respondiam aos anseios de uma sociedade transformada pela guerra e às dinâmicas de uma Espanha plural, onde os nacionalismos catalão, galego ou basco estavam a ganhar voz contra o centralismo de Madrid, haveria de levar à ditadura de Miguel Primo de Rivera, em 1923, à implantação da II República, em 1931, e, finalmente, ao *alzamiento* franquista, em 1936, com que se iniciou a sangrenta Guerra Civil no país vizinho.

A relação peninsular ao longo da década de 1920 acompanhou estas mudanças políticas e revelou uma alteração qualitativa importante face ao período pré-bélico: a hispanofobia portuguesa em relação ao real ou suposto «perigo espanhol» pôde começar a mitigar-se à medida que Afonso XIII foi trocando os sonhos iberistas de supressão de fronteira e de anexionismo militar e político por uma atitude e propostas de mais estreita amizade e colaboração transfronteiriça. A mudança de atitude não se operou num só momento, o que conferiu alguma sinuosidade – de avanços e recuos – à forma como em Portugal se percebeu o processo de evolução do «perigo espanhol» para a «amizade peninsular», que viria a culminar, no final da crucial década de 1920, no «ententismo» mantido entre as novas duas ditaduras ibéricas, lideradas por Primo de Rivera, em Madrid, e por Óscar Carmona (o sucessor de Gomes da Costa), em Lisboa. A troca do nacionalismo hispanófilo por um ententismo hispanófilo em Portugal só foi possível porque em Espanha, correlativamente – e malgrado o tradicional alheamento e desconhecimento em relação às coisas portuguesas –, estava a germinar um novo olhar sobre Portugal, menos agressivo e imperialista, mais curioso e empático, perante uma República que, por seu turno, renunciara às demasia revolucionárias e jacobinas do passado mais recente, que tanto tinham assustado a diplomacia e as elites culturais espanholas, sempre mais conservadoras.

Neste novo quadro mental, escritores de ambos os lados da fronteira incrementaram contactos culturais e relações epistolares. Em 1921, um pioneiro Congresso Científico Luso-Espanhol foi realizado na Universidade do Porto, ao mesmo tempo que no Ateneu de Madrid se sucediam intervenções apoiantes de uma maior aproximação a Portugal, não por qualquer lógica anexionista, mas como estratégia de aliança peninsular, hispânica, com respeito mútuo por fronteiras e soberanias, mas em ampla sintonia mental em torno de características históricas comuns, para que a Península se pudesse até (re)projetar numa Eu-

ropa ferida, revolta e em crise. Em maio de 1922, o literato José Pacheco lançou em Lisboa a revista *Contemporânea*, que depressa se distinguiu, entre outros títulos de imprensa que (já) o faziam, por advogar o iberismo cultural, ou seja, a promoção de relações mais estreitas, nas áreas do pensamento, das letras e das artes, não apenas entre autores portugueses e espanhóis, mas também entre autores peninsulares e autores da América Latina, numa estratégia clara de ibero-americanismo ou pan-hispanismo transatlântico.

O biénio de exílio de António Sardinha em Espanha, entre 1919 e 1921, e os temas, as preocupações e o tom da obra literária e histórica a que ainda se dedicou entre o regresso a Portugal e a sua prematura morte, em 1925, são inseparáveis desta transformação do clima mental na Península Ibérica – e conforme este livro revela, Sardinha foi um dos seus mais ilustres obreiros. A sua personalidade complexa, as suas muitas iterações intelectuais e as suas diversas declinações literárias (em prosa ou poesia) levam os estudiosos de Sardinha a contrastarem o orador das conferências da Liga Naval, em 1915, com o do exílio em Espanha, no início dos anos 1920, teorizando como o Sardinha *hispanófobo* das primeiras deu lugar a um Sardinha *hispanófilo* do segundo. É verdade que a relação do pensador «integral» da regeneração nacional com a Espanha pareceu evoluir do temor inicial para a descoberta e a paixão finais. Acontece que sob a aparente variabilidade conjuntural do pensamento de António Sardinha houve sempre uma coerência de fundo. Renunciou à República e converteu-se à monarquia porque não encontrou naquela e acreditou poder encontrar nesta uma via para a revivescência da alma, da energia e da ação coletiva dos portugueses na busca por um país melhor. Semelhantemente, nunca estereotipou de forma negativa a Espanha e os espanhóis; apenas teceu reservas à política madrilenha que, durante anos, para compensar a traumática «*pérdida*» de 1898, por temer o radicalismo republicano ou para se engrandecer na Europa pré-bélica até 1914, alimentou sonhos anexionistas. A sua teorização sobre a individualidade territorial, rática ou psicológica dos portugueses não era anti-iberista – ou só o era se do iberismo se tiver uma definição estreita, de fusão, anexação, absorção ou diluição político-territorial dos dois países, por conquista militar ou federalização, em que Madrid seria sempre a cabeça dominante e Lisboa a subordinada.

Nesta aceção, Sardinha já era, em 1915, e não deixaria de ser, até à sua morte, um anti-iberista. Mas o integralismo de Sardinha sempre foi iberista, se por este se entender a maturação do hispanismo, do peninsularismo, do ententismo, do aliancismo, termos de época sinónimos e convergentes na promoção e defesa da unidade cultural peninsular por sobre a dualidade política dos Estados da Ibéria. Na Liga Naval, aliás, enunciou logo qual deveria ser «a fórmula de amanhã em política exterior» – «sem dúvida, não união ibérica, mas aliança peninsular». A «hispanidade» de que António Sardinha e tantos outros, dos dois lados da fronteira, se fizeram apóstolos não era, pois, a diluição de fronteiras e o unionismo político, mas a busca de uma identidade e unidade de propósitos entre as nações peninsulares, que realçaria a mundividência latina, católica, ecuménica e civilizadora da Ibéria no mundo, e particularmente no eixo transatlântico que a ligava à América Central e do Sul. Foi esta hipótese, volvida em fé, na procura de certezas para uma ação fecunda, que António Sardinha consolidou no biénio em que viveu imerso na tessitura mental e cultural da Es-

panha, e onde se pôde – como enfatiza Susana Rocha Relvas – «*moverse con desenvoltura en los círculos conservadores influyentes, participar en debates ideológicos, consolidar su influencia en el ámbito ibérico y colaborar en proyectos comunes*», e, com isso, «*consolidar y difundir su pensamiento en el ámbito hispánico mediante sus conferencias, la publicación de artículos en la prensa ibérica y brasileña, así como la traducción de sus obras al castellano*», tudo culminando, ainda em Espanha e, depois, já em Portugal, a partir de meados de 1921, «*en la consolidación de su doctrina hispanista, que busca forjar una alianza cultural y espiritual, estableciendo un nuevo paradigma en las relaciones luso-hispánicas*» (v. Introdução).

Os marcos da hispanofilia, ou da hispanologia, ao serviço de um pan-latinismo de sabor e escala ibero-americana estão patentes na intimidade da correspondência compilada neste volume. Foi essa teia de contactos e de atividades – conferências, trocas de ideias e de sugestões de leituras, publicações e traduções – que inspirou uma primeira síntese de António Sardinha, na forma do ensaio «O Pan-Hispanismo», publicado no n.º 2 da revista *Contemporânea*, em junho de 1922 (a partir do texto preparado para uma muito concorrida conferência proferida no salão da *Unión Ibérica Americana*, em Madrid, em abril de 1921, na sua despedida do exílio), depois alargada à dimensão de um extenso livro sobre a problemática da questão ibérica, que Sardinha deu à estampa em 1924, com o título *A Aliança Peninsular. Antecedentes e Possibilidades*. A edição portuguesa desta obra central no legado de António Sardinha até à atualidade foi amplamente vendida em Espanha, antes mesmo de ali ser publicada, em 1930, a primeira tradução da obra, da autoria do marquês de Quintanar (de quem este volume recolhe nada menos do que 49 cartas – n.os 48 a 96), com prefácio de Ramiro de Maeztu, outro dos amigos lusófilos de Sardinha.

O livro *A Aliança Peninsular* é o apogeu e o expoente do pensamento hispanista e ibero-americano de Sardinha, numa espécie de relatório e contas do muito que em Espanha e na correspondência com inúmeros vultos culturais locais ele descobrira e por que se enamorara. Segundo a sua linha de reflexão, o fantasma do «perigo espanhol» era uma irracionalidade sem sentido e o iberismo unitarista ou federalista uma traição à pátria por violência ou por embuste. Acreditar que o futuro de Portugal fosse tornar-se uma simples província espanhola constituía «a tara mais grave do patriotismo português», uma tara que, «diminuindo e encobrendo tudo o que há de universal no nosso génio, parece instituir como condição basilar da nossa independência um ódio fundo, um ódio cego, um ódio irracional à Espanha». Não devia ser assim: a hostilidade corrente contra a Espanha era um falso patriotismo, nutrido «pela rançosa gordura ultrarromântica» [*sic*]. Sardinha achava «desonroso para nós admitir quaisquer violentos instintos de conquista por parte da Espanha [...] porque concebê-lo significa nenhuma confiança na vitalidade e no génio próprio de Portugal». A quem temia o suposto invasor espanhol havia que lembrar que «o que à Espanha se impõe como exigência para recuperar a sua perdida supremacia é o abraço fraternal connosco». O medo nacionalista era péssimo guia para a relação ibérica: «Nada mais angustioso nem mais humilhante para o nosso patriotismo, quando são e clarividente, do que o irracional ódio à Espanha, denunciando consigo, na sua suposta exaltação nacionalista, uma negativa formal e irreduzível da pátria portuguesa.» Reprovando o medo, Sardinha denunciava de

igual forma a ilusão: havia quem quisesse Castela em Portugal, através da união ibérica que fundisse os dois países num só. Era a isto, e não ao simples aliancismo peninsular, que o líder integralista chamava «iberismo». E por isso esclarecia, apontando os culpados: «É de conveniência e de imediata justiça aclarar que o iberismo, como sinónimo de uma diminuição de soberania da nossa parte – ou através da união pura e rematada ou por meio do embuste do laço federal – é uma confabulação de exclusivo carácter maçónico», que viera em linha de D. Pedro IV ao «senhor Magalhães Lima»!

O que interessava a Sardenha era aprofundar laços de aproximação fraternal que pudessem potenciar a «unidade superior» da Península como um todo civilizacional e cultural. Em que consistia tal unidade? «Exatamente, no dualismo político, inconversível mas concordante, das duas soberanias, em que Portugal e Espanha se expressam para melhor garantia do seu interesse comum – do interesse peninsular, superior a portugueses e espanhóis, mas sua pertença indivisível.» A unidade peninsular era «uma unidade cultural, moral e sentimental», algo muito diferente de «uma unidade geometricamente efetivada dentro dos moldes de um exclusivo centralismo dinástico». Realizável pela aliança peninsular, a unidade ibérica assim entendida seria a única via para os dois países se relançarem na Europa e no mundo: «hoje como ontem, é na incapacidade de se valorizar internacionalmente que reside, sem dúvida, para a Espanha o incitamento a um acordo com Portugal. Hoje como ontem, apesar da sua pequenez geográfica e da ruína económica que o ameaça, é aí que Portugal possui a razão insofismável do seu levantamento no concerto dos demais Estados.» Juntos, recuperando a histórica tutela ibérica sobre o Atlântico, Portugal e Espanha voltariam a ser grandes e respeitados. Era por isso que Sardenha achava que «caracterizado o nacionalismo português pela feição eminentemente universalista do nosso génio, é sólida campanha a que se orientar entre nós na direção do hispanismo». Através deste e da aliança peninsular, Portugal robusteceria a Ibéria e a si mesmo, e só isso constituiria o meio seguro «de esconjurar para sempre o fantasma pérfido da união ibérica» (v. *Aliança Peninsular*, 1924).

Em outubro de 1924, António Sardenha viajou pela última vez a Espanha, como convidado de honra da *Fiesta de la Raza* realizada em Badajoz. Ali falou sobre a «Madre-Hispânia», numa alocução que celebrava o misticismo católico uno (tão ao gosto dos integralistas) na dualidade peninsular. Foi uma causa para que não pôde contribuir mais porque, de saúde sempre frágil, morreu pouco tempo depois. Mas a defesa da amizade peninsular teria muitos continuadores à altura – José de Almada Negreiros, por exemplo, que entre 1927 e 1932 lhe seguiu os passos, vivendo e trabalhando em Madrid, onde privou com o poeta García Lorca, pintou desenhos dedicados a Pablo Picasso e se integrou nas tertúlias locais, recebendo da *intelligentsia* da capital espanhola acolhimento e publicidade.

Muito crítico da República aflita do pós-Guerra, mergulhada no esfacelamento partidário, na anarquia política e na violência social, António Sardenha passou os derradeiros anos da sua vida a compilar ou a terminar para publicação volumes de poesia, ensaio ou investigação histórica. Preparava-se para redigir uma *História de Portugal* quando morreu, de uma septicémia fulminante, em Elvas, em janeiro de 1925, aos 37 anos de idade, deixando

o Integralismo Lusitano órfão da sua grande figura dinamizadora. A I República caiu pouco mais de um ano volvido, em maio de 1926. Os integralistas colaboraram com o general Gomes da Costa na redação de um programa constitucional para a nova situação; mas depressa muitos perceberam que se o antiparlamentarismo integralista era uma manifestação em favor da liberdade municipal e orgânica e do patriotismo das pequenas comunidades contra o centralismo oligárquico lisboeta, o antiparlamentarismo dos militares pós-1926 era um projeto ditatorial que depois desembocaria no autoritarismo civilista do Estado Novo.

É difícil assumir como se viria a posicionar António Sardinha perante a nova ordem salazarista; mas é forte a hipótese de que se teria afastado dos integralistas e dos monárquicos que se deixaram seduzir pela estética fascizante do Nacional-Sindicalismo de Rolão Preto, ou cooptar pela plataforma autoritária de Salazar. Se não tivesse morrido tão cedo, Sardinha teria tido talvez o percurso dos integralistas mais puros, jamais aceitando diluir-se no Estado Novo, antes criticando o que Hipólito Raposo um dia crismou como a «Salazarquia», ou seja, o partido único, o corporativismo de Estado, a repressão, a censura e a autocracia do presidente do Conselho, e talvez até aproximando-se da resistência antissalazarista, que uniu democratas monárquicos e democratas republicanos desde o final da década de 1950 até 1974.

Os adversários de António Sardinha diminuíram-no muitas vezes como um simples reacionário neomiguelista, um traidor do republicanismo, se não mesmo – o que é injusto – um dos inspiradores do salazarismo. Os seus admiradores, pelo contrário, sempre destacaram nele o visionarismo que pôs na defesa da essência da sua vida e da sua reflexão – não simplesmente restaurar a monarquia e a religião em Portugal, mas restaurar Portugal através da monarquia e da religião, como instrumentos agregadores de uma reeducação integral do povo português. Para lá das fórmulas, dos rótulos ou dos mitos políticos vazios, sempre quis cuidar do conteúdo. Por isso, pela sua constante intenção cívica de procurar instrumentos e caminhos para um Portugal melhor, não só o estudo da vida e da obra de António Sardinha é fundamental para compreender a evolução da intelectualidade portuguesa nas primeiras décadas do século xx, como a sua atualidade se mantém ainda hoje, cem anos após a sua morte.

3.

As mais de três centenas de cartas recolhidas e estudadas neste volume por Susana Rocha Relvas formam um repositório espontâneo, informal, muito vivo e humano do que foi a importante internacionalização procurada, recebida, potenciada e alcançada por António Sardinha entre os verdes anos da juventude e a maturidade da vida adulta. E são também um extenso «quem é quem» de nomes das letras e da cultura hispânica – dos que se aproximaram, leram e aprenderam com Sardinha, oferecendo-lhe o eco e os meios (jornais, revistas, tertúlias ou conferências) para o escritor pan-hispanista português lograr conseguir uma influência que, de acordo com Susana Rocha Relvas, *«trascendió el ámbito ibérico,*

proyectándose también en el espacio trasatlántico, donde sus ideas encontraron eco en círculos intelectuales y políticos afines» (v. Conclusões).

Os primeiros contactos aqui documentados de Sardinha com o país vizinho dataram de 1906. Já era um autor com poesia e estudos críticos publicados; mas era ainda um jovem caloiro universitário, com 18-19 anos. Sob a inspiração tutelar do grande Teófilo Braga, Sardinha e outros colegas quiseram lançar uma revista literária intitulada *Renascimento*, o que o levou a escrever a autores espanhóis (e portugueses), apresentando o projeto editorial e solicitando contributos. Um dos contactados a quem endereçou convite (v. carta n.º 3) foi Miguel de Unamuno, talvez o maior dos lusófilos espanhóis do início do século xx. E o catalão Ignasi Ribera i Rovira não duvidou declarar-lhe que a projetada revista poderia vir a ser «um elo formosíssimo entre os povos hispânicos» e um veículo para internacionalizar «a propaganda, a cultura, a arte peninsular», merecendo, por isso, «o mais sincero aplauso» (carta n.º 5). A *Renascimento* não chegou a concretizar-se, mas o nome de Sardinha tornou-se (re)conhecido em Espanha como jovem poeta em ascensão, o que lhe permitiu obter o 1.º Prémio dos «Jogos Florais de Salamanca» em 1909, com 22 anos.

A correspondência estudada por Susana Rocha Relvas interrompe-se no final da monarquia para se retomar apenas a partir de 1919, daí assumindo especial intensidade até poucos dias antes da sua morte. Os anos muito agitados da «República Velha» e do Sidonismo também o foram na vida de Sardinha, com o início da carreira profissional, como empregado do Registo Civil em Elvas, o casamento com Ana Júlia Nunes da Silva, a paternidade trágica – o único filho do casal, Lopo, nascido em 1914, morreu com um ano de idade – e a revolução mental por que passou, no trânsito do republicanismo para o monarquismo e o catolicismo. Foi o exílio em Espanha, a partir de 1919, que lhe permitiu consolidar relações estreitas com os seus correspondentes madrilenos. Para lá da estadia na capital espanhola, conforme detalhou nos seus volumes *Na Corte da Saudade* (publicado ainda em vida, em 1922), ou *À Lareira de Castela* (edição póstuma, de 1943), Sardinha viajou por Toledo, Segóvia, Ávila, Alcalá de Henares e outros lugares do país vizinho, onde descobriu sinais de uma cultura conservadora e telúrica, de misticismo e devoção católicos muito fortes que calaram fundo na sua alma.

Entre os correspondentes mais assíduos com António Sardinha reproduzidos nesta antologia epistolográfica contam-se Gabriel Maura Gamazo, Ramón Alarcón, Antonio Ballesteros, os marqueses de Quintanar (Fernando Gallego de Chaves Calleja) e de Lozoya (Juan de Contreras y López de Ayala), Blanca de los Ríos, Ramiro de Maeztu, Andrés González-Blanco, Luís Araquistáin, Enrique Díez-Canedo, Julián Ribera Tarragó ou Miguel Asín Palácios, entre outros. Eram políticos, diplomatas, figuras da alta e média sociedade, académicos, escritores, diretores de jornais, editores de revistas, etc. Com todos Sardinha estabeleceu maior ou menor amizade; todos divulgavam a sua obra, ao mesmo tempo que o exilado integralista dava a conhecer, aos círculos culturais madrilenos, autores e publicações portuguesas. Imerso em Espanha, social e culturalmente disputado por quem o queria conhecer, ouvir ou ler, Sardinha e a vasta elite espanhola com que privou cimentaram pontes e reforçaram a crença de que Portugal e Espanha eram, afinal, comum e profundamente

hispanicos – na história, na raça-sangue, na grei imperial e democrática, na religião católica, num passado comum de desbravamento das suas respetivas Américas latinas, e na vanguarda da civilização cristã ocidental contra o *yankismo* norte-americano ou os paganismos comunista ou fascista.

A partidocracia demoliberal, que levava Sardenha a repudiar a República, envenenava a estabilidade governativa da Espanha no estertor do reinado de Afonso XIII. A propósito desse problema, em missiva de julho de 1919 a Gabriel Maura Gamazo (carta n.º 11), Sardenha observava: «Vejo que em Espanha os partidos estão preparando a mesma catástrofe que levou o meu país à ruína e à desordem. O nosso exemplo podia aproveitar aos políticos de Madrid. Fecham os olhos e atiram-se numa extraordinária inconsciência para a carreira do abismo. Creio, porém, que o toque de alerta, que já se sente por toda a Espanha, conseguirá impor-se a tempo, salvando o princípio da autoridade do seu inevitável naufrágio.» A convergência de vistas tornou Sardenha muito querido do conservadorismo espanhol que já começava a alinhar-se para a futura solução Primo de Rivera. Em fevereiro de 1921, González-Blanco resumia e elogiava (em português) o seu talento poético como uma «admirável joia» que reunia «a sensibilidade de um Garrett, a nota terna de um João de Deus, a realística notação de um Cesário Verde e a modernidade de um Eugénio de Castro» (carta n.º 180).

O poeta era, sobretudo, um doutrinador do Integralismo Lusitano, e o duplo foco deste, como teoria nacionalista e também como atitude de abertura peninsularista ao que a Espanha tinha em comum com os substratos históricos, etnográficos e religiosos de Portugal, seduziu muitos espanhóis, apostados em vivificar o ideal monárquico por um retorno às origens do hispanismo, pervertidas pelo constitucionalismo estrangeirado de partidos que não se enraizavam junto da população. Em novembro de 1919, o marquês de Quintanar enviou de Madrid a António Sardenha um pequeno texto de elogio ao Integralismo Lusitano e de celebração do peninsularismo que serve de mostuário dessas sensibilidades espanholas conservadoras. Comentando a doutrina que singularizara Sardenha no panorama luso, Quintanar elaborava: «*No es el integralismo portugués un partido político: es un partido doctrinario que aspira a reconstruir el patrio solar, no con la espada en la mano juvenil, sino con el libro docto y la palabra caldeada, y ese aliento inextinguible y magnífico de la raza. Son los integralistas portugueses paladines muy del siglo xx, que no se resignan a dejar atrás en sus rápidos avances, a la gloriosa tradición. La quieren llevar consigo, renovarla, adaptarla a las nuevas luces, prepararla para las futuras conquistas.... y una muestra de su admirable preparación científica y de su gran capacidad sentimental, es esto desinteresado amor que empiezan a sentir hacia España, amor que aún suena a herejía en millares de oídos portugueses*» (v. Textos Dispersos, documento n.º 1). E ao seu bom amigo português exilado na capital espanhola, Quintanar logo acrescentava, como para «añadir mi piedra al edificio que pretendemos levantar de la fraternidade hispánica», o elogio ao processo de descobrimento mútuo que estava a cimentar uma nova amizade na Península: «*¿Qué fuerza misteriosa, ha obrado el milagro – milagro puede llamarse – de que Portugal y España se den la mano por encima de la frontera y se empiecen a mirar cara a cara, satisfechas y curiosas? Para nadie es un secreto que los países que el cataclismo*

geológico unió de modo indisoluble se ignoraban de una manera absoluta hasta hace muy pocos años. El cambio de régimen, los continuados trastornos políticos porque atraviesa Portugal desde 1910, han obligado a emigrar a España a una minoría inteligente, culta y abnegada que ha hecho el descubrimiento de nuestro país» (Ibidem).

Dois anos depois, em novembro de 1921, já com António Sardinha regressado a Portugal do seu exílio madrileno, foi a vez de Antonio Ballesteros ser bastante efusivo acerca da tese do peninsularismo ou aliancismo ibéricos: «*¡Que Dios conceda días prósperos a Portugal es cuanto yo deseo! Creo, cada vez con más firmeza, que en nuestra unión espiritual y económica estaría la valoración de ambos países. Debemos laborar sin descanso para conseguirlo, pero estimo que es necesario antes desarraigar del alma portuguesa, particularmente del pueblo, el odio ancestral a Castilla y en nosotros el desvío de lo lusitano. Si llegamos a conocernos nos amaremos porque nuestras afinidades son extraordinarias y en definitiva somos la misma raza escindida espiritualmente por intereses políticos extra peninsulares»* (carta n.º 158). Quanto à revista *Nação Portuguesa*, o órgão de propaganda do Integralismo Lusitano que começava a ter circulação não despidiéndose em Madrid, Lozoya não tinha dúvidas, escrevendo em setembro de 1922: «*Es una Revista admirable, quizás la de plan mejor dispuesto entre todas las peninsulares, pues ha de ser reflejo de la verdadera vida nacional que late bajo la máscara de las instituciones democráticas importadas en el pasado siglo»* (carta n.º 108). Em março de 1924, não foi um homem de letras, antes um improvável engenheiro basco dos caminhos de ferro da RENFE, Gabriel Urigüen, que dirigiu carta a Sardinha para lhe elogiar a predisposição hispanista: «*Leo con asiduidad sus interesantes artículos en el Debate y deseo testimoniarle mi más entusiasta adhesión a sus ideas “Hispanistas”, por mediación de esta carta, sintiendo no poder hacerlo personalmente, como es mi mayor deseo. Excuso decirle que soy “Iberista” convencido y que creo que la única salvación de los pueblos que habitan la Península Ibérica está en la asociación de todas sus nacionalidades. A pesar de ser joven, he leído ya casi todo lo que acerca de este importantísimo problema se ha escrito y de todo ello lo que más me ha llamado la atención y gustado, precisamente por la manera tan clara y acertada que Vd. tiene respecto a esta cuestión tan vital para la Península, han sido sus artículos»* (carta n.º 213).

O tom intimista, de genuína admiração intelectual e aproximação sentimental, descobre-se em várias missivas enviadas a Sardinha. Em outubro de 1921, o marquês de Lozoya confessava esperar sempre «*con impaciencia los libros que me promete y que serán un verdadero regalo espiritual, como todos los suyos»* (carta n.º 102); e nas vésperas de Natal de 1924, ainda escreveria ao seu «*muy querido amigo»* português, tributando-lhe «*mil y mil gracias por sus dos hermosísimos volúmenes en los cuales ha compendiado V. todas las grandezas de su espíritu (que es hoy en toda la Península, el único espíritu hispánico; el único capaz de concebir las cosas al modo, amplio y noble de nuestros antepasados del xvi el único que ve con claridad los grandes destinos de nuestra raza) y todas las delicadezas de su sensibilidad de artista»*, e reconhecendo que ao trabalho de Sardinha se devia o facto de que «*hoy despierta entre nosotros lo portugués una viva simpatía, bien diferente del abominable tono burlesco con que se sabían tratar en España los artistas lusitanos hace pocos años»*, e a missão correlativa de seguir «*trabajando por conocernos mejor, por amarnos más. Nada podemos hacer más útil»* (carta n.º 118). Já em

janeiro de 1922, nove meses depois do termo do exílio de Sardinha em Madrid, Antonio Ballesteros confessara-lhe que «*mucho le echamos de menos*» e que «*quería charlar com V. de muchas cosas históricas, literários & &... hasta políticos*» (carta n.º 159).

Em Espanha, entre 1919 e 1921, com atividade mantida depois, Sardinha marcou presença em muitas conferências, atos públicos, cerimónias políticas, académicas ou culturais, celebração de efemérides e homenagens à sua pessoa, tendo sido colaborador ilustre de jornais, como o *El Debate*, e de revistas, como a *Raza Española. Revista de España y América*. A compilação de cartas realizada por Susana Rocha Relvas dá disto conta, apresentando ao leitor os ambientes dos salões da *Unión Ibero-Americana*, do *Ateneo de Madrid*, da *Residencia de los Estudiantes*, a colaboração ativa de Sardinha na criação da *Sociedad de Amigos de Portugal* ou na elaboração das bases ideológicas do efémero Partido Social Popular espanhol (1922-1923), de tendência corporativa e democrata cristã, a sua presença na *Fiesta de la Raza* ou nos *Juegos Florales de Badajoz*, e a colaboração na celebração dos centenários de Fernão de Magalhães (em 1920), de Luís de Camões (em 1924) ou da travessia aérea do Atlântico Sul, levada a cabo por Gago Coutinho e Sacadura Cabral em 1922. Este último feito, aventureiro, muito contribuiu para promover a imagem de Portugal e dos portugueses como novos nautas latinos admirados na América do Sul. É disto exemplo a missiva que a historiadora colombiana Mercedes Gaibrois y Riaño de Ballesteros lhe endereçou, a partir de Madrid, em agosto de 1922, saudando-o pela «*gloria portuguesa del vuelo heroico de los aviadores, Cabral y Coutinho*» que «*realmente me ha conmovido y entusiasmado; es una hazaña que nos honra a los de la misma raza*» (carta n.º 290).

Para os muitos vultos espanhóis que o cortejaram, António Sardinha elevava-se de simples literato português à dimensão de um verdadeiro intelectual europeu, porque a sua obra transcendia e transcendia as fronteiras do seu país e da própria Península Ibérica para se projetar além-Pirenéus e, através do Atlântico, com reverberações na ibero-américa brasileira ou de língua espanhola, conferindo aos dois países do sudoeste europeu uma via de relançamento no mundo. No elogio fúnebre que lhe fez, em 1925, o marquês de Figueira (Juan Bautista de Armada y Losada) recordá-lo-ia assim: «*Su espíritu, acendradamente nacionalista, elevando, engrandeciendo a Portugal, engrandecía y elevaba la civilización de las Hispanias, deseoso de que se entendiesen y completasen ambos países como en tiempo de los Aviz*» (v. Capítulo IV, 4.1.).

Havia diferentes «hispanias» dentro da Espanha e algumas delas vinham tendo, e teriam, até às políticas antiautónomicas impostas pela ditadura franquista, uma relação complexa com o centralismo de Madrid. Foram os casos da Galiza ou da Catalunha, regiões vibrantes de atividade intelectual durante a «*Edad de Plata*» da cultura espanhola, onde diferentes vultos também desenvolveram ligação epistolográfica com António Sardinha. O português nunca exprimiu qualquer ponto de vista político de apoio a lutas separatistas locais, antes defendendo o cultivo harmónico das especificidades e complementaridades que poderiam estabelecer-se entre as «pátrias» provinciais da grande Espanha plural.

Sardinha conhecia bem a Galiza, que fora terra de partida, em 1911-1912, das incursões monárquicas antirrepublicanas em que vários nomes do futuro Integralismo (como Luís de

Almeida Braga) tinham estado envolvidos, e local (em Vigo) de um seu curto refúgio no início de 1919, logo após o fracasso da tentativa restauracionista da Monarquia do Norte. Por essa altura, na viragem para a década de 1920, a sua poesia e as suas teorias nacionalistas começaram a ser divulgadas na imprensa galega, pelo esforço, entre outros, de Eugénio Montes, de Fernández Floréz ou de Alfonso Castelao, ao mesmo tempo que na obra de Xesús Carracedo Fernández Portugal servia já, como resume Susana Rocha Relvas, de «referente mítico» para o «atlantismo ibérico» que poderia aproximar toda a fachada ocidental da Península, além e aquém rio Minho (v. Capítulo VI). Também do lado de lá do espaço peninsular, na Catalunha, a correspondência recebida por Sardinha deu conta do acolhimento do Integralismo na imprensa de Barcelona, onde um dos maiores admiradores e divulgadores da obra do português foi o polifacetado intelectual catalão Eugénio d'Ors i Rovira.

Num artigo sobre a *Fiesta de la Raza* espanhola, em 1921, António Sardinha explicou o sentido da militância que o guiava: «De olhos postos na alvorada que rompe já para além dos horizontes, sejamos desde agora os obreiros dum Portugal – maior, partindo com a Espanha à reconquista espiritual duma civilização que foi nossa e que ignominiosamente deixámos perder!» (v. Capítulo IV, 4.4.). Essa comunidade imaginada maior, obra a realizar por Portugal na companhia fraterna da Espanha, era a revivescência do tronco comum que a Ibéria construía e deveria agora potenciar com a América Latina – e desde logo com o Brasil.

António Sardinha nunca cruzou o oceano Atlântico, mas amava o grande país que outrora fora a joia do império português. Ao Brasil se referiu em diversos passos dos seus escritos como «o primogénito», a «obra do nosso génio», a «segunda pátria», sempre «bem viva na presença remorosa do meu sangue» (v. Capítulo VIII, 8.2.). No início da década de 1920, grande parte da *intelligentsia* e alguma da elite política portuguesas cortejavam a aproximação ao Brasil como escape mental e diplomático face a uma Europa que vivia a instabilidade e a cacofonia do pós-I Guerra Mundial, cujos arranjos de Versalhes, aliás, não tinham agradado à opinião pública nacional. Esse olhar português para o Sul culminou em 1922, quando Portugal se associou ao clima festivo de celebração do 1.º centenário da independência brasileira, solenizando-o com a travessia aérea do Atlântico, levada a cabo por Gago Coutinho e Sacadura Cabral, e com a visita de Estado, a primeira de um presidente da República portuguesa, de António José de Almeida ao Brasil. Por seu turno, o interesse brasileiro em Portugal, no qual se enquadra a importante receção do pensamento de Sardinha ali registada, também respondia a um anseio político: o de reforçar posições conservadoras, ancoradas em propostas de renovação cultural, ética e estética que rumassem contra o parlamentarismo e democratismo demagógicos e instáveis da República ali vigente, a qual viria a colapsar às mãos da Junta Governativa Militar, em 1930, que abriu caminho para o triunfo da ditadura de Getúlio Vargas (o equivalente brasileiro do Estado Novo português salazarista).

Corresponderam-se com António Sardinha figuras cimeiras do panorama cultural brasileiro do tempo. No epistolário trabalhado neste volume constam cartas de Elysio de Carvalho, de Jackson de Figueiredo, de Ronald de Carvalho, de Manuel de Oliveira Lima ou do

eminente sociólogo Gilberto Freyre, sobretudo concentradas nos anos de 1923 e 1924. Em fevereiro de 1923, por exemplo, Elysio de Carvalho, pretextando querer «prestar pública homenagem a um dos mais brilhantes e íntegros espíritos de Portugal de agora», sublinhava a António Sardinha as similitudes ideológicas existentes entre o Integralismo Lusitano e o «programa nacionalista» difundido pela revista *América Brasileira*: «O seu integralismo lusitano, doutrina política, literária e estética com fundamentos na história, no desenvolvimento étnico e na idealidade do povo português, é movimento que possui todos os atributos para ser triunfante; com a maior satisfação, verifico que muito se apresenta com as ideias e os princípios que inspiram *América Brasileira*, cujo programa nacionalista insiste em ligar o culto dos nossos antepassados à energia dos contemporâneos, em fortalecer a permanência histórica e sagrada, em guardar esta consciência serena e imprescritível que faz do Brasil dos nossos dias um todo indissolúvel, geográfico e moralmente. Há identidade completa de pensamento» (carta n.º 239; v. também Textos Dispersos, documento n.º 5). Os louvores a Sardinha foram em crescendo nas cartas de Elysio de Carvalho. A sua obra era «uma das mais formosas de quantas tenho notícia na Península», porque nele se reunia «a coroa do poeta» com «os louros do pensador» (carta n.º 241), tudo servindo o seu «ardente apostolado» que tantos «entusiasmos» suscitava (carta n.º 243). Em similares palavras de Ronald de Carvalho, um seu outro correspondente e admirador, podia ler-se: «Seus livros – *A Epopeia da Planície*, *Quando as Nascentes Despertam*, e *Na Corte da Saudade* – estão em cima da minha mesa como um punhado rescendente da terra portuguesa. Há, em sua poesia, o que se pode chamar o génio da gleba, aquele sentimento profundo e numeroso das coisas humildes geradoras dos santos, dos poetas e dos heróis. Encanta-me, em verdade, a riqueza da sua imaginação, refreada por uma disciplina tão subtil da inteligência. As formas tradicionais saem mais elegantes, mais livres e mais engenhosas das suas mãos de artista» (carta n.º 245).

Gilberto Freyre, o grande ideólogo do luso-tropicalismo, sempre estimou António Sardinha como «uma das figuras de mais realce da vida mental portuguesa», relevando sobretudo, num texto de 1923, o alcance fecundo que via no Integralismo Lusitano: «O movimento antiliberal português, longe de ser puro *esprit de minorité*, é um esforço consciente de reintegração nacional», entendida como «a reintegração do país no seu carácter e nas suas tradições, desfiguradas por uma como espessa camada de cem anos de constitucionalismo acaciano e, ultimamente, de delírio demagógico» (v. Capítulo VIII, 8.2.2.). No final desse ano, Sardinha confessava a Gilberto Freyre que uma «irmandade das ideias e do espírito» os unia a ambos «através do mar»; era um «parentesco que não se perdera nunca», e o português esperava apenas «que o tempo o fortaleça e aperte mais» (carta n.º 272).

Também a América de língua espanhola era parte integrante do pan-hispanismo imaginado por António Sardinha e bem recebido por várias vozes do lado de lá do Atlântico. Por intermédio do círculo madrileno de Blanca de los Ríos, Sardinha conheceu e simpatizou com a escritora peruana Angélica Palma, com a historiadora colombiana Mercedes Gaibrois y Riaño de Ballesteros, ou com o historiador argentino Francisco Silva, que marcam presença nesta antologia de correspondência. Em troca da abertura das páginas da revista *Nação Portuguesa* aos trabalhos destes (ou de outros) autores, os seus amigos hispano-americanos

descobriram o elemento comum que os aproximava de Sardenha: um laço cultural e espiritual que era a um tempo nacionalista e transnacional, porque a partir de diferentes pátrias e histórias encontrava e potenciava a latinidade em ambos os lados do oceano (v. carta n.º 284, de Angélica Palma). E como sublinhava Francisco Silva em fevereiro de 1923, a partir do seu olhar nacional argentino, enquanto o «hispano-americanismo» estrito poderia excluir Portugal e o Brasil, um fraternal projeto de «pan-hispanismo» inclui-los-ia «*de derecho proprio*», integrando-os no «*bloque racial*» da grande latinidade transcontinental (carta n.º 300).

O universalismo pan-hispânico, português e espanhol, de António Sardenha – que a autora deste livro define como «*un movimiento que une a la comunidad ibérica e iberoamericana bajo una herencia cultural y espiritual compartida*» (v. Conclusões) – e dos seus diversos correspondentes internacionais norteou muita da obra do grande pensador integralista no ocaso da vida. Como bem resume Susana Rocha Relvas, em muito ele se fez inspirador e propagador desse «*proyecto político, cultural y espiritual, con proyecciones tanto en la Península Ibérica como en el ámbito transatlántico*» (v. Capítulo IX, 9.2.). Na primeira metade da década de 1920, tal intento vivificador não servia apenas para reaportuguesar Portugal, potenciar o peninsularismo e dar corpo ao atlantismo latino pós-colonial da relação da Ibéria com a América imperial de outrora; mais além disso, era uma resposta vitalista e esperançosa contra a imagem omnipresente da decadência ocidental spengleriana, que dominou o *zeitgeist* do pós-Guerra. Redescobrimo as suas raízes e recompondo a sua grandeza civilizacional, os povos e os Estados da Península Ibérica poderiam porventura voltar a ser a cabeça da Europa ocidental em busca de uma nova descompartimentação do mundo.

O que esse projeto de pan-hispanismo ou de latinidade global poderia ter sido, e positivamente impactado nos seus países e discursos intérpretes, não é possível saber, porque a partir das décadas de 1930 e 1940, na Península Ibérica ou na América do Sul, uma vaga de regimes ditatoriais perverteu o modelo de conservadorismo católico ou de nacionalismo transnacional (em António Sardenha, este par de termos não era contraditório ou excludente) que animara o encontro de culturas e de espíritos documentado neste trabalho. Se António Sardenha tivesse vivido mais tempo; se Salazar, Franco, Getúlio Vargas ou outros ditadores sul-americanos não tivessem triunfado; se o campo monárquico e, nele, o Integralismo Lusitano não se tivessem dividido e desvitalizado depois dos seus anos mais prodigiosos de combate à decadência da República – talvez a história de Sardenha e da causa integralista pudessem ter sido diferentes. Há, por tudo isto, uma certa melancolia que se desprende da leitura do início da última carta de Gilberto Freyre a António Sardenha, na qual o brasileiro o saudava: «Meu querido amigo: um 1925 muito e muito feliz – é o que primeiro lhe desejo» (carta n.º 279). A missiva foi enviada do Brasil para Portugal, de Pernambuco para o Alentejo, com data de 4 de janeiro de 1925. É quase certo que o destinatário não chegou a lê-la, porque a sua morte ocorreu escassos seis dias volvidos, a 10 de janeiro de 1925.

4.

António Sardinha, a figura epicêntrica dos diálogos ibéricos e transatlânticos e das redes intelectuais hispanistas por ele entretecidas, é já um autor conhecido, mas sobretudo em contexto português. O que este trabalho de estudo e de recolha epistolográfica de Susana Rocha Relvas oferece, em suma, é a inserção da biografia pública do mentor espiritual do Integralismo Lusitano numa enorme e dinâmica constelação de sociabilidades literárias, culturais e de imprensa mantida com os seus correspondentes estrangeiros latinos. Percebe-se, assim, que desde muito cedo – o que nem sempre é sublinhado nos trabalhos sobre Sardinha – ele se deu a conhecer e foi conhecido em Espanha, tornando-se um importante agente ativo do processo de interligação cultural e intelectual ibérica, em particular quando ali viveu exilado, quando ali cimentou um olhar empático sobre o país vizinho, de «aliancismo» e peninsularismo saudáveis, e quando ali se tornou um dos nomes da cultura portuguesa mais estimados pelo meio intelectual e cultural espanhol.

A obra de Susana Rocha Relvas agora dada à estampa valoriza muito, pelo seu estudo crítico, e humaniza, ao correr da epistolografia recolhida, a figura de António Sardinha, dialogando – porque os utilizou e aqui divulga – com os espólios da Biblioteca e Arquivo de António Sardinha, doados pela viúva e pelos seus descendentes à Universidade Católica Portuguesa. E porque é missão da UCP valorizar e divulgar o muito material que possui sobre aquele vulto ímpar do pensamento, das letras e da cultura portuguesa do primeiro quartel do século xx, a publicação deste livro, importante no plano científico, é igualmente relevante no plano institucional. Em boa hora a UCP Editora o acolheu e o disponibiliza, neste ano de 2025, como forma de evocar o centenário da morte de António Maria de Sousa Sardinha.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA:

AA.VV. (1916), *A Questão Ibérica*, Lisboa, Tipografia do Anuário Comercial.

DESVIGNES, Ana Isabel Sardinha (2006), *António Sardinha (1887-1925). Um Intelectual no Século*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

DESVIGNES, Ana Isabel Sardinha (organização, introdução e notas) (2008), *Correspondência de António Sardinha para Ana Júlia Nunes da Silva (1910-1912)*, Lisboa, Universidade Católica Editora.

DESVIGNES, Ana Isabel Sardinha (organização, introdução e notas) (2022), *Tempos de Exílio. Correspondência de António Sardinha para Ana Júlia Nunes da Silva Sardinha (1918-1921)*, Lisboa, Universidade Católica Editora.

FERREIRA, Carla Isabel Costa (2007), *O iberismo numa revista do primeiro modernismo português – Contemporânea (1922-1926)*, Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora.

LOURENÇO, António Apolinário; DOTRAS BRAVO, Alexia (2010), «Da Ibéria à Hispânia, da Espanha à Ibéria», *Revista de História das Ideias*, n.º 31, pp. 285-301.

MATOS, Sérgio Campos (2007), «Conceitos de Iberismo em Portugal», *Revista de História das Ideias*, n.º 28, pp. 169-193.

QUEIRÓS, António José (2009), «As relações luso-espanholas: da Primeira República à União Europeia (1910-1997)», *População e Sociedade*, n.º 17, pp. 131-153.

QUINTAS, José Manuel (2004), *Filhos de Ramires. As Origens do Integralismo Lusitano*, Lisboa, Nova Ática.

SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep (2002), «Portugal y España: encuentros y desencuentros (1640-2002)», *Historia y Política. Ideas, procesos y movimientos sociales*, n.º 7, pp. 267-287.

SARDICA, José Miguel (2013), *Ibéria. A Relação entre Portugal e Espanha no Século XX*, Lisboa, Alêtheia Editores.

SARDINHA, António (1924), *A Aliança Peninsular. Antecedentes e Possibilidades*, Porto, Livraria Civilização.

TORRE GÓMEZ, Hipólito de la (1998), «De la distancia rival al encuentro indeciso: La relación peninsular en la edad contemporánea», em *Los 98 Ibéricos e El Mar* (org. de António Morales Moya), Madrid, Comissariado do Pavilhão de Espanha na Expo'98, Vol. I, pp. 125-154.

TORRE GÓMEZ, Hipólito de la (2011), «A I República e a Espanha», em *A I República Portuguesa. Diplomacia, Guerra e Império* (coord. de Filipe Ribeiro de Meneses e Pedro Aires Oliveira), Lisboa, Tinta-da-China, pp. 111-140.

VICENTE, António Pedro (2003), *Espanha e Portugal. Um Olhar sobre as Relações Peninsulares no Século XX*, Lisboa, Tribuna da História.

YEBRA MARTINS, Armando (1994), *El Iberismo. Perspectiva de una evolución (1850-1975)*, Lisboa, Palas Editores Lda.